

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 923.368 - BA (2016/0132121-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A**  
**ADVOGADOS : FÁBIO PERIANDRO DE ALMEIDA HIRSCH E OUTRO(S) -**  
**BA017455**  
**LUCAS CRUZ MORAES - BA023937**  
**AGRAVADO : NICOLE BERBERT PITANGA FRANCO**  
**AGRAVADO : NATALIA BERBERT PITANGA FRANCO**  
**AGRAVADO : MARIA OLIVIA BERBERT DA SILVA FRANCO**  
**AGRAVADO : PAULO FREIRE FRANCO**  
**ADVOGADOS : MARCELA FLORES DANTAS LINS - BA013818**  
**CARLOS ROBERTO SILVA BRASIL E OUTRO(S) - BA026216**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (artigo 544 do CPC/1973), interposto por VIAÇÃO ÁGUIA BRANCA S/A contra decisão que negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional, visa reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 766, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. INCIDENTE PROCESSUAL JULGADO IMPROCEDENTE. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO PARA APRECIAR O FEITO. LEGALIDADE. DECISUM INCÓLUME. AGRAVO IMPROVIDO.

I - Acusa a Agravante a incompetência do Juízo *a quo*, porquanto existente ação reparatória que trata do mesmo fato (acidente automobilístico ocorrido no município de Itabuna/BA) em comarca e unidade federativa distinta (Cariacica/ES).

II - Diante da possibilidade de julgamentos contraditórios, reclama a atribuição do efeito suso mencionado, suspendendo-se a ação que tramita no município baiano até o final julgamento do presente recurso.

III - Não vislumbra-se a presença de ilegalidade no proceder adotado pelo juízo de base. Em que pese à leitura do artigo 105 do Código de Ritos possa sugerir a necessidade da reunião de feitos conexos, tal regra há que ser entendida como faculdade do julgador, devendo ser sopesada a conveniência da medida de forma casuística, atentando-se, sempre, para os princípios da celeridade e economia processual.

IV - É que, além da previsão do parágrafo único do artigo 100 do CPC - admitindo o ajuizamento da ação, em caso de acidente de veículo, no foro do local do fato ou no domicílio do autor -, a hipotética remessa dos autos ao Juízo de Cariacica/ES na verdade dificultaria o acesso à Justiça pelos Agravados.

V - Já a Agravante, ao contrário dos Recorridos, detém plenas condições de exercer a defesa de seus direitos na comarca de Itabuna, onde, inclusive, possui filial, como se confere à vista "lista dos estabelecimentos da sociedade" acostada à fl. 29.

VI - Agravo improvido.

Opostos embargos de declaração (fls. 775/779, e-STJ), esses foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 821/833, e-STJ), a recorrente apontou violação aos artigos 100, § único, 103, 269 e 535 do Código de Processo Civil/73. Sustentou, em suma: i) negativa de prestação jurisdicional, por não terem sido supridas as omissões suscitadas nos aclaratórios em relação à natureza cogente das normas relativas à conexão e à prevenção; ii) deve ser reconhecida a incompetência do juízo de Itabuna/BA, com a consequente remessa dos autos à comarca de Cariacica/ES, local onde ocorreu a primeira citação válida, a fim de evitar a prolatação de julgados conflitantes.

Contrarrazões às fls. 866/870, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 873/874, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) ausência de negativa de prestação jurisdicional; ii) incidência das Súmulas 282, 284 e 356 do STF.

Daí o agravo (fls. 880/889, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a insurgente refuta os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 892/896, e-STJ.

É o relatório.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Com efeito, no que tange à alegada violação ao artigo 535 do CPC/73, não merece acolhimento a insurgência, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem.

Aduz o ora agravante a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, ao argumento de que o Tribunal de origem teria sido omissos quanto à natureza cogente das normas relativas à conexão e à prevenção e a remessa dos autos ao juízo prevento a fim de evitar decisões divergentes.

Contudo, da leitura dos autos, constata-se que referida tese fora expressamente examinada pela Corte *a quo*, consoante se denota dos seguintes trechos (fl. 769, e-STJ):

Acusa a Agravante a incompetência do Juízo a quo, porquanto existente ação reparatória que trata do mesmo fato (acidente automobilístico ocorrido no município de Itabuna/BA) em comarca e unidade federativa distinta (Cariacica/ES).

Diante da possibilidade de julgamentos contraditórios, reclama a atribuição do efeito suso mencionado, suspendendo-se a ação que tramita no município baiano até o final julgamento do presente recurso.

Não vislumbro a presença de ilegalidade no proceder adotado pelo juízo de base. Em que pese à leitura do artigo 105 do Código de Ritos possa sugerir a necessidade da reunião de feitos conexos, tal regra há que ser entendida como faculdade do julgador, devendo ser sopesada a conveniência da medida de forma casuística, atentando-se, sempre, para os princípios da celeridade e economia processual.

É que, além da previsão do parágrafo único do artigo 100 do CPC - admitindo o ajuizamento da ação, em caso de acidente de veículo, no foro do local do fato ou no domicílio do autor -, a hipotética remessa dos autos ao Juízo de Cariacica/ES na verdade dificultaria o acesso à Justiça pelos Agravados.

Já a Agravante, ao contrário dos Recorridos, detém plenas condições de exercer a defesa de seus direitos na comarca de Itabuna, onde, inclusive,

possui filial, como se confere à vista "lista dos estabelecimentos da sociedade" acostada à fl. 29.

Dessa forma, não há que se falar em negativa de prestação jurisdicional pelo Tribunal local, **que apreciou todas as questões que lhe foram postas de forma suficiente.**

A propósito, é entendimento pacífico deste Superior Tribunal que **o magistrado não é obrigado a responder a todas as alegações das partes se já tiver encontrado motivo suficiente para fundamentar a decisão, nem é obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados.**

Nesse sentido, confira-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COMINATÓRIA. VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OU OBSCURIDADE. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC. FALTA DE INTIMAÇÃO PARA ACOMPANHAR VISTORIA. ART. 431-A DO CPC. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. NULIDADE. AUSÊNCIA. DECADÊNCIA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 618, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO CIVIL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

[...]

(REsp 1296849/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 20/02/2017)

Desta forma, considerando que a questão trazida à discussão foi dirimida pelo Tribunal de origem de forma fundamentada e **sem omissões ou contradições**, merece ser afastada a alegada negativa de prestação jurisdicional.

**2.** Por fim, a insurgente argumenta que não é dado ao magistrado mitigar as normas relativas à conexão e à continência, ante a sua natureza cogente. Nesse contexto, requer o reconhecimento da incompetência do juízo de Itabuna/BA, com a consequente remessa dos autos à comarca de Cariacica/ES, local onde ocorreu a primeira citação válida, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes.

Como é cediço, a reunião, ou não, dos processos, por efeito de conexão ou continência, disciplinadas no art. 105 do CPC/1973, não constitui dever do magistrado, mas sim faculdade, pois cabe a ele gerenciar a marcha processual, deliberando pela conveniência de processamento simultâneo das ações.

Assim, o magistrado, a seu critério e diante de cada caso concreto, verificará a utilidade do julgamento simultâneo, com vistas a evitar decisões conflitantes e privilegiar a economia processual.

Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART 544 DO CPC/73) - EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO, MANTIDA A

INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

1. Conforme entendimento do STJ, "A conexão é um instituto inspirado na preservação do prestígio do Poder Judiciário, por força da coerência e compatibilidade de suas decisões e atendimento aos postulados da economia processual, ao permitir que, num único processo e através de sentença una, possa o juiz prover sobre várias relações, ampliando o espectro da decisão para imiscuir no seu bojo uma pluralidade de conflitos, aumentando a efetividade da função pacificadora da justiça. A conexão ou a continência, por decorrência da identidade da causa de pedir ou pedido, torna conveniente o julgamento conjunto, não só por medida de economia processual, mas também para evitar a possibilidade de prolação de decisões contraditórias, que trariam desprestígio à Justiça. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece certa e relativa margem de discricionariedade na avaliação do julgador, quanto à intensidade da conexão, mas devendo essa avaliação ser sempre orientada pela máxima de que as decisões não devem se contradizer." (AgInt no AREsp 479.470/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 27/09/2017). Incidência do óbice da súmula 83/STJ.

2. Na hipótese, o Tribunal a quo asseverou existirem "diversas outras ações tratando da mesma matéria e tramitando nas diversas varas da comarca de Porto Velho, não havendo notícia de que em tais ações houve pedido ou determinação de reunião do mesmos e, portanto, seria inócua a análise conjunta da ação aqui discutida, uma vez que existem outras ações que serão julgadas por juízos diversos".

**Para o acolhimento da tese de imprescindibilidade de reunião das ações por conexão ou prevenção, seria imprescindível promover o enfrentamento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial ante o óbice da súmula 7/STJ.**

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 462.985/RO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. COMPETÊNCIA PREVISTA NO ART. 544, § 4º, II, DO CPC. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. ARTIGO 467 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. PROCESSOS CONEXOS. REUNIÃO PARA JULGAMENTO CONJUNTO. FACULDADE DO MAGISTRADO. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. DECAIMENTO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

4. Nos casos de conexão, a reunião dos processos não constitui dever do magistrado, mas sim faculdade, pois cabe a ele gerenciar a marcha processual, deliberando pela conveniência, ou não, de processamento simultâneo das ações.

5. Na hipótese, a apreciação do quantitativo em que autor e réu saíram vencedores ou vencidos, bem como da existência de sucumbência mínima ou recíproca, e a fixação do respectivo quantum demandam incursão no suporte fático-probatório, esbarrando no óbice previsto na Súmula 7/STJ.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no AREsp 677.314/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 22/02/2016)

Assim, encontrando-se a decisão estadual em consonância com a jurisprudência desta Casa, inadmissível o apelo extremo no ponto, incidindo a Súmula 83 desta Corte.

Ademais, para derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a tese de imprescindibilidade de reunião das ações por conexão ou prevenção, seria imprescindível promover o enfrentamento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial ante o óbice da súmula 7/STJ.

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

